



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 10ª  
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 29.07.2020

Início: 11h13min

PRESIDENTE: SR. ADELINO FOLLADOR

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a reunião da Comissão de Educação e Cultura, da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia para a Oitiva do Sr. Suamy Vivecananda Lacerda Abreu - Secretário de Educação, conforme convocação feita através do Requerimento nº 1090/2020, com base no Artigo 179 do Regimento Interno desta Casa.

Gostaria de pedir ao Deputado Dr. Neidson que acompanhe o nosso Secretário de Educação à Mesa, para sentar-se aqui ao nosso lado; e gostaria, também, que a representante do Sintero, Lionilda Simão de Souza, também

fizesse parte da Mesa. Agradecer aqui a sua presença, Deputado Dr. Neidson.

Esta reunião está sendo transmitida *on-line*, através do site da Assembleia. Acho que isso é muito importante e todos que quiserem acessar, podem acessar. E os deputados que quiserem participar, também podem participar, fazer perguntas, só que no próprio aplicativo da Assembleia, mas não vai sair ao vivo quando vocês fizerem o questionamento, por questões técnicas. Mas depois nós vamos transmitir e vocês podem fazer as perguntas, se for do interesse de cada um.

Então para nós é um prazer. Agradecer, Secretário, pela sua presença, que, para nós, em função de vários deputados e a gente também, fazemos várias visitas nas escolas, na Educação, a gente tem recebido muitos questionamentos por vários assuntos.

Nós temos aqui, o principal, que é a questão do piso salarial. Já criou uma expectativa no mês passado, atrasado, e o pessoal, então, acabou... E a gente achou melhor vir aqui, junto com o senhor para esclarecer.

Outros assuntos também: merenda escolar, como é que está aplicação desse recurso; o retorno às aulas (se possível, o retorno às aulas), se é que está sendo planejada alguma coisa, quando; nada impositivo, mas que a gente veja se a Seduc tem algum planejamento nesse sentido.

Aplicação dos vencimentos 2020, também, que nós tínhamos conversado no ano passado. Tinham vários investimentos, parece que agora, essa questão da pandemia, a gente só fala do vírus, só fala desse problema de saúde e acaba a educação... Mas o pessoal tem cobrado.

Também sobre a implantação do programa Ir e Vir, que é o antigo transporte escolar, quantos municípios aderiram. É um programa, hoje, sobre o qual nós debatemos muito nesta Casa e eu queria muito parabenizar o Governador e o Secretário por ter implantado esse programa. A gente sabe que os convênios eram irregulares. O Ministério Público não tinha como fiscalizar porque ele pararia tudo, então foi construída essa lei, eu fui relator, sobrestamos o projeto até que o Governo do Estado, o atual, saber quem ganharia a eleição, e discutimos com várias equipes da época do Confúcio Moura, depois na época do Daniel, e depois nós discutimos, junto com a Arom, junto com a Supel, junto com o Ministério Público, junto com a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), a Associação dos Secretários Municipais, e graças a Deus, culminou que o Governador Daniel sancionou, e hoje o Governador Marcos Rocha, junto com o Secretário, implantou este programa que eu acho um passo importante para o Estado de Rondônia.

Havia alguns municípios que aderiram, outros não, se o senhor tiver alguma informação sobre isso. E a lei estadual estabelece a questão do piso, que é lei desde janeiro, ver como é que está programando. Nós estivemos olhando a arrecadação, não baixou muito. Então, não tem justificativa para... E ver como é que está o planejamento.

Também, nós temos aí o desconto da Folha que aqui o Deputado Lazinho pediu para incluir, mas ontem nós sustamos o Decreto em que se baseou para que fosse descontado na Folha de Pagamento, não só da Educação, mas dos outros. Mas eu creio que o Decreto que deu sustentação para isso, embora a gente entendesse que foi sustado ontem e já foi sancionada aqui a suspensão desse Decreto pelo Presidente

da Casa aqui, que foi uma proposição do Deputado Anderson, em conjunto.

Então eu queria aqui abrir para o Deputado Dr. Neidson, Deputado Crispin. Deputado Anderson também está aqui - faz parte da Educação -, queria vir. Ele pediu para justificar, que ele foi chamado para discutir a questão, acho que a questão da Previdência, lá na Casa Civil, mas está vindo também.

E o Deputado Presidente desta Comissão, Deputado Lazineho, justificar que ele, por causa da cirurgia que ele teve no coração, ele tem um risco muito grande se frequentar aqui presencialmente. Mas mandou já justificar, mandou algum questionamento para a gente fazer.

O SR. DR. NEIDSON - Presidente, eu acho que deveríamos convidar o sindicato dos professores, não é? Está presente o Sinprof? Para fazer parte da Mesa.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - O Presidente do Sinprof (Sindicato dos Professores e Professoras de Rondônia) pode...

O SR. DR. NEIDSON - Eu estive agora a pouco também, Secretário, com alguns professores das escolas particulares também, e nos estão cobrando para ver se tem algum planejamento da Secretaria Estadual de Saúde sobre a reabertura das escolas.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Você falou de Saúde.

O SR. DR. NEIDSON - De Educação, perdão. Secretário, a gente já está lhe colocando...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Médico só pensa em saúde, não é?

O SR. DR. NEIDSON - Mas tem algum planejamento com relação à abertura das aulas presenciais? Eles até nos trouxeram aqui um planejamento deles para retorno às aulas, devido a que já não estão conseguindo manter até os professores, muitos deles já estão sendo demitidos, muitos profissionais da Educação.

E com relação a ter uma situação de retorno das aulas, tanto presenciais como continuar as aulas *on-line*, uma parte dos alunos ficaria em casa - vamos dizer, se tem 30 alunos, 15 ficariam em casa, 15 ficariam nas aulas -, ou ficaria também uma opção para os pais aceitarem. Se eles quiserem continuar com as aulas domiciliares via *on-line* também, que se mantenham.

Então, eu acredito que essa é uma das cobranças que eles têm e a preocupação com o emprego também dos profissionais da Educação.

E com relação ao piso salarial, nós vamos tocar nesse assunto agora nesta Reunião.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Se a Mesa concordar, eu gostaria de abrir primeiro para o Secretário, para que ele faça sua explanação sobre a pauta, e depois a gente abre para fazer algum questionamento, porque de repente nós vamos questionar coisas que já está... Se vocês concordarem. O Presidente concorda?

Então, vamos abrir para o Secretário de Educação Suamy para que ele faça seus esclarecimentos. Com a palavra.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Senhor Presidente, sindicalistas, Deputados, prazer estar aqui com os senhores atendendo o requerido, e trazer as informações inerentes à solicitação proposta. Dizer aos senhores que a Secretaria de Estado da Educação em momento nenhum parou. Nós tivemos uma marcha até mais acelerada do que outros Estados brasileiros, tanto é que na primeira semana de abril, do dia 17 de março, quando o Decreto foi lançado, foi editado, publicado, na primeira semana de abril nós já estávamos com tudo funcionando. Isso explica porque nós demos uma pausa agora entre os dias 17 e 31, porque os professores tiveram que fazer uma curva para poder adequar-se a uma nova situação.

Consoante aos questionamentos aqui apresentados pela Mesa da Assembleia, gostaria de informar que, no dia 20 de julho, a Secretaria de Estado da Educação - eu tinha ligado antes para eles alguns dias, ao Deputado Lazinho da Fetagro, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa -, um relatório contingenciado mostrando as ações pedagógicas que a Secretaria tinha desenvolvido e que não sei por que não chegou até os deputados. Ok, mas isso é uma questão interna, e aí eu gostaria de passar para o senhor, mas foi recebido tranquilamente para uma análise da

Comissão, porque entendemos que os membros da Comissão precisam realmente ter informações precisas sobre tudo o que está acontecendo.

A respeito do piso nacional de salários que a Lei de 2008 impõe: o piso, conforme a própria lei, ele não se estende, ele não pode ser entendido como um aumento de salário para professores que estão acima da linha, já que ele impõe enquanto piso mínimo a ser pago. Entretanto, o Governo do Estado de Rondônia, exclusivamente a partir de 2019, atendendo a uma situação proposta pela Assembleia Legislativa em 2018, quando ocorreu uma greve de aproximadamente 45 dias - me parece -, e a Assembleia na negociação destinou R\$ 19 milhões para pagamento de correção das distorções acontecidas, resolvemos estender o piso a todos os servidores. Todos os professores receberam o piso.

Quando se paga uma correção dessas, precisamos entender que por interesses de todos os órgãos governamentais, inclusive da Assembleia Legislativa do Estado, nós temos servidores em diversos órgãos dos três Poderes e, obviamente, esses servidores receberão por seus órgãos as correções devidas inerentes à correção de salários de sua classe profissional. Isso exige uma coisa chamada cálculo atuarial, proposto via de Caixa Econômica Federal, via de Iperon, porque os que estão no raio da aposentadoria também receberão. Quando se faz isso, independe exclusivamente da Secretaria de Educação. Eu, particularmente, professor Suamy, gostaria que isso fosse separado. O da ativa, de imediato, fazemos o cálculo e pagamos. Mas, infelizmente, as regras impedem isso, porque os servidores que já estão inativos ou em outras instituições que não em escolas ou na parte administrativa da Seduc, eles precisam ter seus salários atualizados

também. Entendemos que, talvez, a legalidade não abrace, mas a justiça abraça. Então, precisamos fazer justiça social.

Então, ano passado tivemos uma luta com o Iperon, que estava passando por dificuldades, e ainda está, com todas as correções acontecidas. Então, é preciso que o cálculo atuarial aconteça e o Governo do Estado - eu sou alguém que tem convencido Casa Civil, Secretaria de Finanças de que precisamos fazer as correções não daqueles que estão pelo cálculo de irreduzibilidade, que seria muito mais fácil pagar apenas para os que estão embaixo, não é? O Tribunal de Contas já disse "seria bom", mas ele não determina que seja pago. Ele diz "seria bom" que, nessa hora, para não aproximar as carreiras, e o Governador do Estado entendeu que a melhor coisa a fazer é isso. Mas isso exige do Governo do Estado todo um cuidado com o que está fazendo para não fazer assentamentos errados. Então o que é que tem que fazer? Dependendo dos anos em que o indivíduo entrou e das tabelas que existem para ele, de pagamento, nós vamos lançar o cálculo de 4.19, como no ano passado, ou de 12.84, este ano, para cada categoria de cada ano. Isso não é um cálculo fácil. Depois vai ter que passar por toda uma assessoria. Aí vêm os órgãos que os servidores estão sendo atendidos - outros órgãos que não a Seduc - Secretarias, Municípios, que temos servidores, Assembleia, Poder Judiciário, Ministério Público de Contas, Defensoria, onde tiver servidor que seja da Educação, esse servidor também precisa receber. Então não se trata de um rito sumário. Quisera eu poder fazer isso, mas não é assim.

Considerando tudo isso, e também agora em momento de pandemia, a Secretaria de Estado da Educação terminou a parte de cálculos dela, de tabela que é dela e, no mês de agosto, nós vamos processar o pagamento de agosto acoplado

com julho. Ela já está pronta. E nós vamos observar, porque nós temos uma previsão de queda da renda estadual pela Sefin na ordem de mais de R\$ 280 milhões, o que levaria a Secretaria de Estado da Educação a perder 70, porque 25% é dela. Considerando a correção que o Governo Federal faz em apenas 3 meses - porque o Governo Federal só garantiu o suporte de atendimento aos Estados de pandemia até agora por durante 3 meses - então, nós ficaríamos descobertos desses R\$ 280 milhões, nós, se tirarmos 3 meses das mensalidades disso, nós teríamos uma queda consequente, o que nos levaria à inadimplência com os servidores no final. Então, tem que ter uma responsabilidade ao fazer isso. Nós vamos fazer agosto e julho o pagamento disso. Já está acertado. O Secretário Pimentel, O Secretário Luiz Fernando já acertou isso.

Ocorre que os servidores começaram a entender que a Lei do Piso é um direito de todos os professores e aí pegou. Porque ela é uma lei que atende a irredutibilidade. Ninguém pode receber menos que isso. E aí começaram a falar - até no meu WhatsApp entra. Eles falam: "daqui para frente nós vamos lhe perturbar". Faz parte, não é? Quem está na minha posição, com certeza, precisa conviver com isso com naturalidade. Não respondo, não gosto de deselegâncias. Mas assim, eu vejo que parece que querem me afrontar como se... "Ah, o senhor é o nosso representante". Bom, eu gostaria de ser também o Secretário de Finanças do Estado e ter uma equipe de 140 pessoas que mexem com tecnologia, com cálculo, com isso, com aquilo, mas não é meu caso. Meu caso é outro.

Então, assim, para efeito de Piso Nacional de Salários, primeiro esclarecimento: o Governo de Rondônia atual entende que deve pagar para todos para manter as categorias com seu devido afastamento. Não que a lei

defenda que todos devem receber. Para os que estão abaixo, isso chama Piso Nacional de Salário; para os outros é entendido como aumento, não é? Ok.

Dirimida essa situação, tem alguma pergunta? Algum dos membros que está aqui?

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Só para ligar o microfone.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Eu já posso fazer minha intervenção sobre isso ou só pergunta?

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Pode fazer já que o Secretário permitiu.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Deputado Adelino. Quero agradecer a sua iniciativa nessa oitiva. Bom dia ao Deputado Dr. Neidson. Também agradecendo por, neste momento, estar aqui ouvindo os trabalhadores também representados aqui pelo Sindicato. Ao meu companheiro ali do Sinprof, é uma honra tê-lo aqui. Quando dois sindicatos se unem em prol de defender a categoria, eu penso que a gente reforça muito na luta. E bom dia, Secretário, sempre um prazer estar com a autoridade máxima da Educação do Estado de Rondônia.

Sobre essa situação do piso, eu entendo que o governo não deve resolver se paga ou não piso, porque o piso é uma lei; e uma lei que foi aprovada nesta Casa de Leis. Fruto de muita luta, não é? Como o Secretário colocou aqui, fruto de uma greve de 45 dias, uma greve sofrida dos profissionais de Educação - não só dos professores, mas de

todos os profissionais da Educação. Essa greve aconteceu no mandato anterior, ainda com Governo Confúcio. E dessa greve nós tivemos aí toda a legislação com base na Lei do Piso, a Lei 11.738. Tivemos, em 2018, a Lei 4.248, que garantia o piso na carreira de todos os professores.

Nós entendemos que quando algo está previsto na lei, o que o Executivo precisa fazer é cumprir a legislação, ainda mais para uma categoria tão sofrida que é dos professores, que é uma categoria dos profissionais de educação como um todo, mais especificamente dos professores. O piso é o mínimo; o piso não é o teto. Então, o piso é o mínimo para uma categoria sofrida, com baixos salários. Nós tivemos a atualização ainda em 2018, com o final da greve, e no ano passado, em 2019, já com o novo governo, a atualização realmente foi dos 4,19. Essa atualização do piso, ela é uma atualização em nível nacional. E foi uma grande luta para que a gente pudesse ter esses 4,19 nos nossos contracheques.

Tivemos que enviar vários pedidos de audiência, vários ofícios, para que houvesse o cumprimento. E naquele momento o que foi sempre alegado é que o governo... Nós tivemos bastante paciência, Deputado, porque nós também entendíamos o momento; que o que se alegava é que era um novo governo que estava se adaptando à situação, e realmente nós tivemos paciência. Por muitos momentos estivemos reunidos com a Secretaria de Estado de Educação. Até que chegou o momento que não dava mais. Foi quando o Sintero (Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia), naquele momento, definiu, juntamente com a categoria - que nós não decidimos nada sozinhos enquanto direção -, que para o cumprimento da lei seria necessário a gente fazer um movimento pelo Estado. Nesse momento nós tivemos a abertura para uma nova audiência com Secretário. Posteriormente veio

uma outra audiência, que aí teve a participação da Casa Civil. E nessa reunião com a Casa Civil foi definido que atualizaria o piso de 2019 no mês de setembro.

Realmente tinha toda essa discussão do cálculo atuarial do Iperon - que realmente demorou mesmo vir esse cálculo. Ainda em 2019, nós tivemos uma participação, que foi muito importante, da Assembleia Legislativa com a Lei Complementar 031, que era justamente a lei para que não precisasse todo ano a gente ter que correr à Assembleia Legislativa para que saísse um projeto para atualização. Então esse foi um problema para nós muito importante aqui, que foi aprovado por esta Casa de Leis nesse debate com os trabalhadores. E tivemos aí toda essa situação do cálculo atuarial.

O que foi nos dito naquele momento pela Casa Civil, naquela última reunião, é que em 2020 nós não teríamos problema nenhum para atualização do piso, porque no que diz respeito à lei, estava tudo resolvido, inclusive com a Lei Complementar 031. Também, em relação ao Iperon, naquele momento, nos foi passado que o cálculo atuarial feito no ano de 2019 tinha uma previsão de validade para os próximos 10 anos.

Então, o comprometimento naquele momento, e o Secretário, e nós estávamos presentes, Secretaria de Educação juntamente com a Casa Civil, e o que foi definido e o compromisso foi que não teríamos, em 2020, nenhum problema para o cumprimento do que está previsto em lei.

Geralmente, o piso é definido e divulgado pelo MEC no final do ano, no final de dezembro, para que seja atualizado no mês de janeiro. Este ano, realmente, houve um imprevisto que o MEC demorou um pouco mais a divulgar. Mas esse pouco mais, foi uma média de 15, não, talvez uns 18

dias, porque foi divulgado no dia 16 de janeiro de 2020. E nós entendíamos, enquanto Sintero, que não seria possível fazer o pagamento em janeiro, mas imediatamente, nós enviamos um ofício pedindo para que o governo cumprisse a lei atualizando o piso em fevereiro com retroativo a janeiro.

Para nós era muito mais importante, até para o Estado se organizar e não gerar um retroativo de meses, como está gerando agora. Nesse sentido, como nós não fomos ouvidos, enviamos inúmeros ofícios. E esses ofícios eram no sentido de nós abrirmos o debate com a Secretaria de Educação, não só sobre o piso, mas sobre outras demandas nossas, inclusive, sobre as aulas virtuais. Não é ponto de discussão aqui, mas nossas reivindicações não eram só para a questão do piso, mas porque nós entendemos que é preciso haver um diálogo da Secretaria de Educação, do Poder Executivo com a classe, com a categoria, através da representação dos sindicatos.

Então, foram aproximadamente de 8 a 9 ofícios. E nós em nenhum momento tivemos resposta positiva para essas audiências para debatermos sobre a Educação, sobre as reivindicações, não são só no âmbito salarial. E neste momento, eu já peço aqui ao Secretário que abra essa discussão, já foi pedido em outros momentos tanto pelo Sintero, quanto pelo Sinprof, que abra esse diálogo com a representação dos trabalhadores.

Eu penso que nós avançamos com educação de qualidade quando se parte do princípio que é necessário fazer debate, que é necessário ouvir as partes, que é necessário ouvir a categoria. Porque, quando nos foi pedido para ter calma, para aguardar que era um novo governo, nós fizemos. Quando foi possível vir o diálogo nós entendemos que, a partir dali, a gente precisava cobrar o que está na legislação.

Mas nós passamos, durante parte de 2019, justamente dando tempo para o governo se organizar, para a Secretaria de Educação se organizar para depois abrirmos os debates das reivindicações.

Esse tempo passou, tivemos o piso, nessa luta de 2019, e eu continuo afirmando aqui, penso que o governo não pode resolver se paga ou não o piso. Ele precisa atualizar todo o ano o piso. Porque o piso é lei, é legislação. Então, eu acho que é uma questão de, inclusive, além de respeito aos profissionais...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)- Gostaria que fosse mais objetiva, porque temos vários itens na pauta.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Certo, concluindo. Porque, além de ser uma legislação que traz respeito, promove o respeito à categoria, eu acho que também, em respeito ao Poder Legislativo, que aprovou uma lei para que fosse dado um pouco de dignidade aos profissionais de Educação, no caso, aqui, aos professores. Muito obrigada.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Se você quiser falar agora, antes que o Secretário responda esse item, mas tem que ser objetivo. Agora ou depois? Depois. Secretário, sobre... Eu só queria registrar a presença do Manuel Carvalho de Lima, representando a Seduc; também, Júnior Freire, do Sinprof; e José Augusto Neto, representante do Sintero. Só para registrar a presença deles aqui.

Eu gostaria, como nós estamos discutindo esse item da pauta, o Secretário quer falar agora? Esse questionamento

que foi feito, se o senhor pudesse responder e ver se já tem um cronograma. Como a Seduc está programando para cumprir a lei que já existe e tem que ser cumprida, como vai ser cumprida, se o senhor já tem uma resposta?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Nós já explicamos a que se refere à Lei do Piso Nacional, constituída a partir de 2008. A meu ver, talvez o Sintero aceite que a irredutibilidade volte a acontecer no mês de janeiro. Mas eu entendo que o Professor Jarbas não vá aceitar, a meu ver. Em rito sumário, em janeiro, a Secretaria de Estado pagar a irredutibilidade para os servidores que estão abaixo da linha do piso, ou esperar o Estado organizar um estudo profundo com toda a categoria de professores e fazer a correção. Talvez seja interessante para o Sintero, não para o Sinprof, porque o Sinprof vai querer que seja mantida a diferença entre um grupo de professores e outro. Mas, assim, o estudo que foi feito pelo Iperon, Professora Lionilda, o piso afirma que ninguém poderá receber abaixo de X. Os que já estão acima deste X não precisariam receber essa porcentagem. O Governo do Estado, o Tribunal de Contas aponta como necessário que seja feita essa correção, mas tem uma interpretação errada de lei, aí. Eu gostaria que se fosse eu, o errado, que estou interpretando a lei de 2008 de forma errada, talvez eu possa, até, me corrigir, me corrijam se eu estiver errado. Mas a Lei do Piso diz que ninguém poderá receber a partir de determinada data, menos do que isso aqui. Os outros já estão acima disso, não tem o que mexer. O Governo do Estado de Rondônia atual entende que deve ser repassado a todos os professores, indistintamente. Então, talvez seja interessante, no mês de janeiro, pagar por irredutibilidade aqueles que estão abaixo e não pagar mais para os outros.

Eu acredito que o professor Jarbas jamais vai aceitar isso e nem o sindicato que ele representa. Mas essa briga é outra. Vamos à frente.

Acertado: mês de agosto. Pagaremos agosto e julho, o setembro vai sair, e aí, nós vamos estudar se temos condições de pagar - com o aglomerado de renda - o mês de junho, e começar a pagar os outros, mas é uma luta para fazer isso em tempo e vamos repassando na proporção em que o tempo for passando.

Esse é um compromisso que o Secretário da Sepog, o Secretário de Finanças do Estado, Luís Fernando - acredito que ele já passou por aqui - e deve ter dado a mesma informação que eu. Isso é um acordo. Eu também gostaria de separar, mas não posso. Essa determinação não é minha. Os inativos, para lá; os ativos: agora. Eu não posso fazer isso. Essa determinação não é minha. Se fosse possível, eu faria. Mas eu não posso fazer isso, porque essa determinação não é minha. Então, eu prefiro dizer que o Estado vai continuar estudando classe por classe, tabela por tabela, para poder jogar; e não é simples de fazer, não é? Também não podemos entender que essa é uma ação que possa ser levada a cabo sem um estudo minucioso, para não prejudicar nenhuma categoria, nenhuma das classes, pelos anos de serviço e esse é um cuidado que estamos tomando. Além de termos uma progressão, no ano passado nós corrigimos progressão de diversos anos que estavam para trás, fizemos essa correção. Assim: não podemos aproximar quem está lá embaixo do outro que já está com 20 anos de carreira. É errado fazer isso. Então, por isso, é que o cuidado, o critério, não é? Tem que tomar conta, mesmo, pontualmente, tem distorções de outros anos que foram cometidas e que nós estamos em busca de manter a distância

que existe entre quem tem 20, 25 anos de trabalho e o que está entrando, ok?

Não sei se resta alguma dúvida. O mês de agosto, no pagamento do mês de agosto se paga agosto, e julho; isso já é um acordo que temos. E aí, vou partir para uma briga com o Secretário de Finanças: setembro com mais um, se possível. Se ele disser: "Suamy, não dá"... Porque nós temos o Estado inteiro para pagar. Então aí, nós já vamos estudar uma forma de, com o recurso que chega, porque o Tribunal de Contas do Estado garantiu que, dos recursos que aportam ao Estado, vindos pela compensação federal de pandemia, 25% sejam repassados para a Educação. É uma recomendação do Tribunal de Contas, Ministério Público e todos, porque ela foi bastante afetada. Então, por conta disso.

Com referência, já que a professora tocou no termo "aulas remotas", professora, como eu disse, os professores, eles se lançaram no trabalho ainda no mês de março. Não pararam.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Sim. **(fora do microfone)**

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Eles foram para a aula remota, não é? E o Conselho Estadual e o Conselho Nacional já tinham se manifestado e o Sintero soltou uma nota. O Sinprof, não. O Sintero soltou uma nota dizendo que não existia legalidade nas aulas remotas e o Conselho Nacional já tinha se manifestado e o Conselho Estadual, a favor.

Quer dizer: chega nas escolas uma coisa dessas, e aí, parece que... Então não é bom esse tipo de coisa. Tem que ver as datas em que saíram as normas do Conselho Estadual e do Parecer 5 do Conselho Nacional, porque a Resolução 1.253 do Conselho Estadual se refere exatamente ao Parecer 5 do Conselho Nacional. E isso aconteceu. Não o Sinprof, o Sinprof não emitiu nenhuma nota. Mas o Sintero lançou uma nota dizendo que era para os professores não trabalharem, o que é uma coisa muito ruim, porque essa situação não precisaria acontecer. Mas chegou um ofício, aportou nas escolas um ofício determinando aos servidores... Da minha parte, eu gostaria de dizer para a senhora que eu relevo essas coisas, porque, a meu ver, o profissional não pode estar à mercê de forças que o retiram do trabalho, sendo que existe legalidade. E ainda bem que os professores, graças a Deus, não seguiram aquilo e tocaram a sua viagem.

A aula remota está segura por três pareceres. Nós temos o documento que chegou às escolas. Não é assinada pela senhora, mas assinado por alguém do sindicato, e infelizmente aportou. É assim, de quando a legislação saiu - e ela vem se modernizando -, o que nós precisamos, Senhor Presidente, Deputado Adelino, Professora Lionilda e Professor Jarbas, e estou vendo ali o Júnior, o Dr. Abnael, o Augusto e outros, gostaria de dizer aos senhores o seguinte: é preciso quebrar a simetria entre o ensino presencial e o ensino remoto. E o ensino remoto também não é EaD, como as pessoas estão pensando. Ele quer que o aluno seja atendido por diversas vias. Do jeito que ele foi encontrado é para ser atendido. Correções, estamos fazendo. Alguns problemas apresentados pelos dois sindicatos nós partimos para briga com as famílias, para que não fizessem aquilo. Professor atendendo aluno 1 hora da manhã: isso não é correto. Professor tem que atender o aluno na hora dele. "Ah, mas o celular só chega de noite.". Ok, então você vai

dar um jeito de salvar, mas incomodar o professor apenas nos horários de trabalho dele. De quando nós determinamos o que os sindicatos apontaram, de imediato nós fizemos a correção, fizemos reunião com os coordenadores. A partir de hoje, nenhum servidor atende mais, e, se atender, é porque quer, não por ordem da Secretaria, porque ela nunca expediu esse tipo de ordem.

Então assim, a educação remota é algo de novo, mas ela precisa ser abraçada neste momento. Agora, tem uma coisa: o ensino híbrido nunca mais vai sair do Brasil. A pandemia vai deixar isso, essa questão do uso de aparelhamento tecnológico.

Aí já vou adiantando aos senhores: nós estamos com mais de 3.500 computadores adquiridos com os recursos financeiros de 2019 para revitalizar os laboratórios de informática, para que o ensino híbrido realmente possa acontecer. Os professores da mediação tecnológica - tão combatida, não é? -, eles estão recebendo já. Serão entregues para eles agora 480 computadores. Onde eles estiverem, estarão com seu notebook para trabalhar. E estamos em luta para fazer com que o ensino remoto realmente venha a corresponder às expectativas.

Tem lugares aonde nós jamais chegaremos com um professor presencial. Não tem como colocar em Distrito, mandar um professor de Química para lá, mandar um professor de Biologia. Às vezes não tem como, mas a aula da mediação tecnológica, com um grande professor dando aula, do mesmo jeito, vai acontecer.

Então, essas questões, que são muito mais de entendimento corporativo do que de entendimento de possibilidade de ação, de atendimento ao estudante, que é o nosso objeto, isso aí nós precisamos realmente considerar,

porque a nossa questão é atender, com todo o respeito a quem defende os trabalhadores, porque também sou um e preciso de defesa. Mas assim, eu estou Secretário, não sou. Eu estou: é provisório. Mas o estudante está em formação, ele é futuro, se nós deixarmos que ele tenha, que a ele seja possibilitado.

Então assim, as armas que retiram do professor de ensinar um estudante, elas são danosas para o futuro. Elas são perniciosas, podendo dilacerar diversas vidas futuras, que poderiam ter sucesso. A gente não conhece a escola que reprovou o Einstein. Mas o Einstein nós conhecemos, porque ele é falado em todas as escolas do mundo, todos os anos.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Como a senhora foi citada, a senhora, se quiser... Se não demorar muito...

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Na verdade, eu estou muito surpresa com algumas colocações, Secretário. Desculpe-me a franqueza, mas, como você mesmo disse, não chegou nenhum documento na Secretaria assinado pelo Sintero. E a entidade, quando sai um documento, ele é oficial e tem a minha assinatura. Em nenhum momento chegou nenhum documento a nenhuma escola dizendo que o Sintero era contra as aulas virtuais. O documento que nós enviamos para a Seduc foi no sentido de contribuir. Nós sabemos, temos assim a consciência de que era um momento novo, que realmente precisava abrir-se uma discussão. Muito nos surpreendeu, sem nenhum debate com o sindicato, não só com o Sintero, mas com demais entidades, não teve nenhum debate de como se construiriam essas aulas virtuais, esse ensino remoto. E nós, mesmo sem oportunidade, nós enviamos realmente documentos para a Secretaria de Educação nos posicionando sobre as preocupações que nós tínhamos, que

nós entendemos como relevantes, em relação às aulas remotas.

Quando iniciaram as aulas, realmente, foram muitos problemas apontados. Nós, em muitos momentos, nos reunimos com a categoria virtualmente, para entender o que ela estava pensando sobre essas aulas virtuais e o que ela pedia do Sindicato era o apoio no sentido de intervir junto à Secretaria de Educação, para que fossem fornecidas as condições necessárias para que o ensino a distância acontecesse. Nesse sentido, juntamente com o Sinprof - porque eu entendo que os sindicatos estão trabalhando juntos nesse momento sobre algumas demandas - e nesse sentido, junto com o Sinprof, nós construímos uma proposta de TAC. Pedimos a intervenção do Ministério Público no sentido de que a Secretaria de Educação sentasse conosco e dialogasse. Por quê? Porque naquele momento nós estávamos tendo contato direto com os professores e as reivindicações estavam chegando até nós. E nós entendemos que era um momento diferenciado, que as aulas virtuais deveriam realmente acontecer, mas que houvesse um diálogo. Então, não houve por parte do Sintero nenhum documento colocando em xeque essa situação de não acontecerem as aulas virtuais.

E eu gostaria, Deputado Adelino - eu não sei quando o meu companheiro do Sinprof vai falar -, eu gostaria que ele esclarecesse se tem alguma divergência sobre o pagamento do piso, se existe alguma divergência entre Sinprof e Sintero sobre o cumprimento da Lei do Piso, porque, sinceramente, nós temos discutido e conversado - os dois sindicatos - e o nosso entendimento é equilibrado em relação ao cumprimento do piso.

Então, eu gostaria que o companheiro do Sinprof realmente, se tem algum ponto que é divergente, porque

penso que a nossa luta é para que o professor tenha o piso e o piso na carreira conforme determina a Lei... Deixa eu ver aqui a Lei votada em 2018, que é a Lei 4.248, votada por esta Casa de Leis, aprovada aqui nesta Casa de Leis.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu quero aqui comunicar ao Secretário que, de fato, dia 20 chegou aqui o Ofício à Comissão de Educação. Como a Comissão não se reuniu, mas eu, como Vice-Presidente da Comissão, eu peço para a assessoria mandar uma cópia para cada deputado que faz parte da Comissão, ou manda para todos os deputados daqui da Assembleia, porque é muito importante ter conhecimento desse relatório.

Então, vou passar a palavra aqui para o Sivanildo de Sousa, representante do Sindicato aqui, do Sinprof, para esclarecer.

O SR. SIVANILDO DE SOUSA MARTINS - Então, quero cumprimentar o Deputado Adelino, o Deputado Dr. Neidson, o Secretário Suamy e os demais deputados e todos que acompanham.

Então, na questão do piso a gente entende quando é colocada a dificuldade orçamentária do Estado, mas nós temos o entendimento - e isso que a Professora Lionilda colocou realmente é o entendimento conjunto - que o nosso salário já é menor do que qualquer profissional com a mesma formação. Então, a gente entende que o piso é o mínimo que pode ser pago. E a gente tem uma política de valorização do trabalhador e, nesse sentido, a gente tem construído esse diálogo entre o Sintero, entre a Secretaria. E nesse sentido eu acho que nós temos o mesmo entendimento na

melhoria da educação. Que a gente só faz isso também com o servidor bem pago e o Sinprof não diverge nesse entendimento.

Assim sendo, a gente entende a dificuldade na questão dos cálculos, que já foi colocada, mas aí o ideal seria realmente que a implantação do piso fosse no início do ano. E quando a gente fala o piso, a gente não fala do mínimo, a gente fala de política de valorização, que foi aprovada nesta Casa. E eu não estou divergindo, a gente está falando a mesma linguagem. Nós temos esse entendimento. Se a gente for ver que um professor de 40 horas - nós estamos pleiteando aqui um salário de R\$ 2.866,24, não tem outro profissional com a mesma formação que ganhe isso. Então, nesse sentido, a gente quer pedir da Secretaria esse entendimento. E nós, enquanto Sindicato dos Professores, nós temos o mesmo entendimento e a gente precisa também alinhar essas questões em reuniões permanentes. Nós já temos reuniões, mas que essas reuniões sejam mensais, por exemplo. Nesse cenário de crise, acho que o ideal seria até mesmo semanal, porque nós temos várias questões que a gente pode tratar para evitar também esses ruídos. Eu acho que a nós temos a mesma situação.

E quero colocar também que quando a gente fala, a gente tem um sonho de construir uma educação de qualidade, mas a gente vê que as escolas não têm essa estrutura que é colocada. A gente está falando do piso aqui, mas seria bom a gente colocar essa situação. A questão da formação, também. A gente foi pego de surpresa, não só aqui, todo País, mas nós temos a política de formação, realmente, em novas tecnologias? Nós estamos, realmente, trabalhando na formação dos profissionais para isso? Então nós entendemos essa situação. E nesse sentido eu quero colocar também que, assim, nós precisamos construir esse diálogo permanente.

Por mais que a gente possa apontar uma divergência ou outra, mas no final a gente pode chegar a um entendimento.

Então, nesse sentido, esse salário que a gente coloca aqui, a gente vê que não é tão elevado comparado com outras categorias. E se nós queremos que o Estado de Rondônia tenha viabilidade no futuro, a gente tem que investir agora.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agradecer as palavras, então. E dizer que, com certeza, Secretário, eu acho que esse diálogo permanente, essa sugestão dos dois sindicatos é muito importante, porque eu acho que, com certeza, esta situação que nós estamos passando, Deputado Dr. Neidson, é uma situação atípica. Os professores também estão passando por muita dificuldade, porque investiram em internet, investiram em computadores, até recurso próprio para poder se adaptar a esse momento; os alunos também com muita dificuldade. Eu vi alunos com um celular, três alunos da mesma família, aí emprestou o celular do vizinho para poder... Às vezes não tem internet direito. Então é uma situação que nós, de fato, temos que discutir dentro da categoria, todo o pessoal da Educação, e também os alunos. Porque eu vejo aí que tem muitas famílias que têm 3, 4 alunos. Como é que ele vai ter um celular para cada um? Um tablet para cada um? É complicadíssimo. Eu vi diretores recolhendo aqueles computadores antigos - que estava com professores -, aqueles tablets que foram distribuídos para os alunos, e tentando auxiliar. Mas é tudo meio improvisado, muito difícil. Então essa preocupação nossa é muito grande.

Os funcionários, também, acabam trabalhando até mais. Eu conversei muito com os professores, porque eles têm que

fazer todos aqueles relatórios, têm que acompanhar, têm que corrigir. Talvez eles irem lá dar aula, eles têm muito menos trabalho do que o trabalho que eles estão fazendo hoje. Então, tem que valorizar. Eu acho que essa questão do piso é justa. E esperamos, Secretário, que junto com a Sefin, junto com a Casa Civil - nós até convocamos aqui, convidamos o senhor aqui por causa da... A Casa Civil também mandou um ofício... Nós ficamos muito preocupados, porque falou, falou, falou e não garantiu nada. Então, por isso que a gente está aqui, inclusive até *on-line*. Acho que é uma maneira também de o senhor expor a situação, como está a situação e o que pode ser feito.

E eu quero agradecer aqui ao Deputado Dr. Neidson pela presença. Os deputados ontem, inclusive nós achamos que era ontem, foi errada a data, que ontem teria quase todos os deputados aqui presentes. E, hoje, muitos têm outros compromissos já assumidos, então atrapalhou, mas com certeza a gente vai repassar tudo que vai ser discutido aqui hoje para que a gente esclareça e tente fazer alguma coisa para a Educação.

E eu queria até, Secretário, também que o senhor falasse se o senhor tem algum planejamento, porque lá - eu não estou dizendo que vai sair, que vão voltar às aulas presenciais agora ou não. Mas o que é que a Seduc..., já tem um plano para se preparar, para lá na frente; se vai voltar gradativamente; como é que vai. Porque isso também o pessoal questiona. Porque agora voltamos, a maioria dos municípios voltou para a fase 2. Mas se liberar, os pais têm que trabalhar. E aí, hoje, as pessoas simples não têm ninguém para ficar em casa junto com os filhos para poder acompanhar, para dar aula. Eu fui numas periferias aí, pelo amor de Deus, 3, 4, 5 filhos para estudar, os pais começam a trabalhar e eles ficam lá e não sabem o que fazer.

Então é preocupante isso, porque o aluno não consegue se não tiver um acompanhante lá, um pai, um irmão, alguém para acompanhar. Eles estão encontrando muita dificuldade. Então essa situação também foi colocada e a gente gostaria de dialogar, porque uma hora essa mudança vai acontecer.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Nós fazemos parte de um grupo chamado pelos órgãos de controle: Ministério Público Estadual, Ministério Público de Contas, Tribunal de Contas do Estado; Tribunal de Justiça do Estado, Defensoria Pública Estadual e a Assembleia também foi convidada a participar desse gabinete chamado Gaepe (Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação no Estado de Rondônia). Os gestores da Educação estão lá: Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação); Seduc; Conselho Estadual de Educação e Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação), que representa os Conselhos Municipais de Educação. Nós já temos onze reuniões firmadas. O Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Paulo Curi, por unanimidade de todos os partícipes, naquele momento, entenderam que a Secretaria de Estado da Educação deveria coordenar os trabalhos junto com os municípios, o que de fato, o fizemos. E estamos trabalhando e construímos um documento que está chegando às escolas, o Plano de Retorno, construído a diversas mãos, inclusive o Sindicato dos Trabalhadores, o Sintero, encaminhou suas propostas que foram absorvidas ao planejamento.

Todos os órgãos que tem a ver com a gestão da ação educacional foram ouvidos. O único que tinha ficado fora, mas a presidência, a coordenação geral dos trabalhos surge a partir do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Paulo Curi. O Professor Suamy coordena a questão dos gestores apenas e

dos interesses dos trabalhadores. Então, de repente, a Arom ficou fora e entrou agora, atrasada, e está questionando algumas coisas, objeto que estamos a elucidar.

Mas o trabalho, inclusive vou deixar aqui para o senhor, tem uma fundamentação legal a partir do Parecer 5 do Conselho Nacional, trata, depois de consolidar todas as ações propostas por todos os gestores e interessados, traz o acolhimento dos docentes e dos demais funcionários, acolhimento aos estudantes, acolhimento à família como primeiro momento quando retornar. As medidas de segurança sanitárias adotadas pelas redes, adotadas pela escola, adotadas no transporte escolar, adotada por alunos, professores e demais funcionários, a gestão de pessoas como deve ocorrer, etapas para o retorno, roteiros de contingências em caso de nova suspensão e as considerações finais. E as referências que usamos a partir de todos os gestores e interessados, órgãos de controle, juntos, de dois Poderes porque a Assembleia não encaminhou o seu representante.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu não sei se já tem. Pedir para a assessoria ver quem é o representante aqui da Educação para que a gente veja isso.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Infelizmente, nós não contamos, dentro do Gaepe, com um membro, mas o Dr. Alexandre Jésus, o Promotor Público e o Promotor Público Marcos Ártico, que é o Coordenador pelos órgãos de controle, ele questionou. O Tribunal de Contas contratou uma empresa chamada Articule, que é de fora, é de São Paulo, e ela trabalha prestando assessoria, uma consultoria convocada para prestar assessoria a esse gabinete criado.

Inclusive, agora, já tem outros Estados aderindo ao Gaepe Educação, que foi o primeiro criado para trazer soluções.

Temos ouvidos os diversos pares, seus interesses, e tentando levar ao planejamento, as dúvidas. Porque quando se constrói um documento a diversas mãos, a diversas cabeças pensando, em algum momento vai aparecer, vai destoar alguma coisa. O Sintero e a Seduc não destoam, o Sinprof também, não destoam com referência às questões que envolvem o passo a passo para o retorno.

Alguns estudos, agora, nós já estamos terminando essa cartilha que é o transporte escolar, o protocolo, que também trago para o senhor, com as medidas já trabalhadas pela Agevisa e pelos Bombeiros. E ontem: "ah, mas tem que ter um virólogo". Eu falei: "isso é com a Secretaria de Estado da Saúde, não com a Seduc. Aí você precisa levar a sua petição ao Gaepe e ele vai acionar quem de direito. Não adianta cobrar isso da Secretaria de Estado da Educação.". Essa é uma das nossas brigas. O Estado possui uma composição e, de repente, alguém começa a entender: "ah, a Seduc pode contratar isso, pode contratar...". Não pode. Legalmente, não pode. O Estado tem a sua composição e esse tipo de trabalhador, médico não é da Secretaria de Educação.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Quantos municípios aderiram a esse programa?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - 42.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Dos 52 municípios, 42 aderiram?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - 42, 43... Tem um que está em dúvida ainda. E os outros são por convênios.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - O senhor está achando que a implantação dessa lei foi uma progressão muito importante, não foi?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Foi uma progressão. Precisa de ajustes, Deputado. Precisa de ajuste porque assim, o Estado é cosmopolita, ele tem dimensões... Temos os lugares que possuem dimensões territoriais, por exemplo, Alta Floresta d'Oeste, vai buscar um aluno com 180 quilômetros. Então, assim, fica difícil até para a manutenção do transporte. Essa situação, esses municípios, é o caso de Machadinho d'Oeste, que tem grandes extensões, o senhor conhece muito bem isso, que é da região. Então, esses municípios não quiseram aderir e a Arom queria me forçar, em algum momento, a forçar com os municípios, mas eu não posso fazer isso. Eu não posso ser injusto com o prefeito condenando a fazer uma coisa que não vai dar.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Deixa eu fazer uma pergunta, o prefeito, porventura, vocês têm o transporte em alguns municípios que a Seduc faz, não é?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Buritis.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Vale do Anari também.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Sim.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Então, se o prefeito tiver interesse de aderir no próximo ano, ele pode se programar?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Tranquilamente. Inclusive, nós temos propostas.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Porque eu estive conversando com o prefeito lá e eu acho que é vantagem para os dois lados. Então eu acho que é importante. Têm 42, já, que aderiram a esse programa?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Sim. Eu conto 43, mas eles só contabilizam 42, porque tem um que está em dúvida e tal.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - É importante esse esclarecimento para que os prefeitos, então, se programem este ano, procurem, para que no começo do próximo ano, consigam. Eu acho que licitar um... Muitas vezes vai um ônibus do Estado, outro do município e quando os dois podem resolver essa situação. Acho isso muito importante e quero, mais uma vez, parabenizar o Governador, o senhor, Secretário, por ter aderido, ter implantado esse programa.

Eu sei que o custo ficou um pouco maior, mas acho que é mais justo.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - R\$ 30 milhões maior.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Tem municípios onde o convênio era feito pela cara do prefeito: "esse ano você vai receber menos; no começo do ano você vai receber mais.". Não tinha um parâmetro, um valor por aluno. Hoje tem. Então eu acho que esse foi um debate muito importante nesta Casa. Nós trabalhamos quase... Foi um ano e meio entre a Supel, Ministério Público, Sintero, Undime, todo mundo discutindo e nós sobrestamos o projeto e aguardando quem ganhava a eleição para o Governo do Estado, para poder discutir, antes de levar para o Governador sancionar. E o Ministério Público contribuiu também, o Tribunal de Contas, e a Supel contribuiu muito porque eles vistoriaram todas as linhas onde tem transporte escolar, para poder dimensionar onde era asfalto, onde era estrada de chão. Então, eu acho um passo muito importante.

Nós sabemos que aqui em Porto Velho, o transporte escolar foi uma polêmica de mais de um ano aí sem transporte...

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Continuo com o interventor. **(fora do microfone)**

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Ainda está como o anterior, então?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Ainda estou com o interventor.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Espero que isso aí, com esse programa, instale no próximo ano, para evitar esses problemas todos que são muito graves e os alunos ficam nessa situação. Mas eu quero, então, parabenizar essa atitude do Governador.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Esse protocolo vai continuar sendo estudado pela Arom, municípios, e nós vamos avançar. Inclusive com propostas de ajustes na lei que entendemos que a gente deve encampar.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Toda lei tem suas necessidades de adaptação. Eu acho que poderia chamar a Arom, de novo, a Undime e fazer um debate nesses itens que o senhor acha que não estão dando certo, porque a gente sabe que uma lei é complexa e pode ser debatida em qualquer momento. Nós temos aqui...

O SR. SIVANILDO DE SOUSA MARTINS - Deputado Adelino Follador, deixe eu só fazer uma intervenção, por favor?

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Pois não.

O SR. SIVANILDO DE SOUSA MARTINS - Secretário, sobre a questão do transporte fluvial que está sob a

responsabilidade do Estado, como é que nós estamos? Porque nós temos - só contextualizando aqui - nós temos uma situação de 2019 pendente, que nós não terminamos ainda. E aí, como é que ficou esse contrato? Já temos uma definição?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Temos. Na realidade, a divisão judicial que aconteceu a partir da intervenção, em maio de 2019, a Seduc optou por cuidar do transporte fluvial de Porto Velho, haja vista que nós temos alunos de 3º ano do Ensino Médio e que seriam candidatos ao exame nacional de ensino médio e estavam tomando prejuízo porque nada se decidia e o Ministério Público e o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça, na época, a Juíza da Infância, Dra. Sandra Merenda, e a Dra. Priscila, que era Promotora Pública naquele momento, da Educação, eles resolveram, a partir da intervenção, observar que alguém tinha que assumir aquilo sozinho. Nós, Seduc, nos dispusemos a assumir pelo simples fato de que os nossos estudantes estavam no meio e tinha uma briga. O Tribunal de Contas da União pegou o Programa Nacional de Transporte Escolar e descobriu que tinham mazelas, não é? Tinham espaços, lugares, locais, isso é bastante complexa, essa situação que foi encontrada - que tinham rotas, que estavam afirmando que gastariam mil litros de gasolina e não gastava trezentos. O Tribunal de Contas da União pegou. O Dr. Abnael, que está ali, se tornou o presidente dessa Comissão, o designei como presidente da Comissão, e nós tivemos que fazer um levantamento. Foi complicado porque a juíza deu 45 dias para nós encerrarmos a situação e nós conseguimos, com 37 dias, colocar tudo para funcionar e estamos com uma comissão de monitoramento bastante incisiva em cima. Não fossem os problemas de pandemia e de férias - porque o professor precisa tirar férias - Então ele

retornou e encerrou as atividades agora em 2020. Algumas turmas que nós temos aí, que não foram encerradas, elas constam assim, muito mais porque as pessoas não foram encontradas - alguns estudantes. Nós tivemos uma perda. Tinham 6 mil estudantes nessa levada e quando nós descobrimos, mil tinham sumido. Aí o Diário não batia. Perdemos, tivemos uma evasão.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Mudaram de endereço.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - E algumas pessoas disseram "alguns o pai transferiu para a cidade", outros não. E isso nos trouxe um grande dissabor e um desespero para a Promotoria da Educação, quando viu os relatórios dos professores, afirmando que alguns alunos tinham desistido. E agora, na Busca Ativa que o Gaepe propõe, ele está tentando encontrar onde estão esses alunos agora, porque não existe educação sem estudante, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agora, Porto Velho levou prejuízo duas vezes, porque ficou esse tempo todo sem aula e aí veio essa pandemia, e complicou. Olha, imagina: praticamente dois anos. Complicadíssimo.

O SR. SIVANILDO DE SOUSA MARTINS - A pergunta, Secretário, foi a seguinte: como está o contrato? Já foi licitado?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Ele foi reeditado. Foi aditado, o termo é esse.

O SR. SIVANILDO DE SOUSA MARTINS - Porque a questão é a seguinte: as escolas ribeirinhas, que são atendidas por esse contrato, nós não terminamos 2019, são as escolas mais carentes, como o senhor falou, que são os trechos que são compartilhados entre Estado e município. E aí eu agradeço a sua resposta.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Essa preocupação, Secretário - aproveitando -, nós sabemos que este ano vai ser um ano muito complicado. O ano que vem, o senhor está programando, pós-pandemia - não vou dizer para o ano que vem, porque a gente não sabe quando -, se vai ter o reforço? Porque eu acho que vai ter que ter o ano letivo e ter uma recuperação do passado. Eu acho que a Seduc tinha que ter uma preocupação, acho que deve ter nesse sentido, para que haja um reforço para que consiga recuperar um pouco desse atraso, Secretário.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Deputado Adelino, Presidene Lionilda, e Presidente do Sinprof... É Presidente, não é?

O SR. SIVANILDO DE SOUSA MARTINS - Diretor.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Diretor do Sinprof. Então assim, a meu ver, a Secretaria, desde o planejamento de retorno, e isso os senhores já vão encontrar lá, nós estamos buscando no acolhimento nós vamos já trabalhar com os professores a questão de como trabalhar

um nivelamento. Eu sou terminantemente contra algumas coisas acontecidas para trás. Eu era técnico da Secretaria e ficava olhando. Respondi, buscando o máximo possível ser elegante para uma instituição externa de Rondônia que me questionou: "vai acabar o nosso contrato com Rondônia para atender correção de fluxo?". E eu respondi para ele: "Para eu trabalhar com os seus pedagogos, eu vou ter demitir os meus." Porque Rondônia tem pedagogos, tem mestres, doutores nas faculdades e universidades daqui para fazer qualquer tipo de projeto de correção de fluxo, e não investir recurso nessa coisa. Porque quem tem que rodar o recurso financeiro é interno, aqui dentro do Estado.

Então, se nós temos um conjunto de faculdades, por que eu tenho que contratar instituições externas para atender Rondônia? Eles jamais vão moldar um projeto. Eles têm um projeto pronto e acabado, é aquilo e aquilo mesmo. Então, naquele momento, eu estava dizendo que, a partir daí, Rondônia ia criar os seus próprios caminhos, trilhar os seus próprios caminhos. Então, vai existir um nivelamento para retorno. Acolhida dos profissionais, formações periódicas... Aliás, nós temos via Webex agora, pelo Regime de Colaboração, nós temos tido reuniões com professores do Estado, temos tido já formações com cerca de 700, 800 professores na BNCC. Não parou. E isso nos traz um conforto, porque propositalmente o Professor Suamy convida os Promotores que cuidam da Educação, entram na formação e lá ele constata a existência, de que está realmente acontecendo, vê a lista de pessoas que estão lá em cima, porque na plataforma aparece: aqui, agora, tem 700 pessoas, 800 pessoas, exatamente para que as informações **(ininteligível)** "ah, não está acontecendo nada". O próprio Promotor da Educação já sabe o que está acontecendo, porque ele assiste.

Esses dias, o Dr. Alexandre, que é da Educação, aqui do Ministério Público de Rondônia, assistiu uma formação, e falou: "Professor, eu parei na terceira hora porque já estava cansado. Mas quando eu parei, tinha começado com um grupo de 640. Quarenta minutos depois já tinha 720. E quando eu saí, três horas depois, tinha quase 780 pessoas na formação."

Então assim, a formação está acontecendo. Ela será apertada agora, a partir da hora do retorno, do acolhimento e do retorno, porque um profissional bem preparado consegue ir bem mais adiante, ir além. Entendemos que essas estruturas externas que existem aí, com pacotes prontos, não trazem o remédio caseiro de que a Educação de Rondônia precisa. A Educação de Rondônia está precisando de uma pedagogia que se quer rondoniense, que se pense a partir das dificuldades dos seus municípios. E tem que parar de contratar esse negócio aí de fora, porque só leva o recurso do Estado. O ano passado, Deputado Adelino Follador, com a retirada dessas instituições de Rondônia, nós pagamos os R\$ 19 milhões do piso, que estava acertado já, que não era de piso, nós é que desviamos para acertar piso...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - O impacto este ano é quanto?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - O impacto deste ano dá R\$ 75 milhões dos funcionários da Seduc. Os das instituições que estão externas redundam em R\$ 15 milhões. Mas assim, a providência já está tomada. Nós temos orçamento. O Secretário Pimentel mexeu, mexemos no orçamento para favorecer isso.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu já estive pessoalmente com o Pimentel conversando sobre isso.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Para mim, na minha perspectiva, na minha intenção, nós temos que fortalecer as coisas de Rondônia. Nós temos acreditado muito nos grupos externos e abandonado nosso pessoal, nossos mestres nossos doutores. Então assim, dentro da própria Secretaria de Educação tem, aproximadamente, uns 20, 30 mestres e aí nós deixamos essas pessoas e contratamos uma instituição externa? Isso não é correto.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Já que o senhor tocou nesse assunto, como a gente tinha a sua vinda aqui, vários questionamentos foram trazidos através de WhatsApp, através de meios. Alguém questionou aqui, quando fala que falta recurso dentro da Secretaria - não sei se o senhor tem, mas, se não, eu vou protocolar para que o senhor traga aqui. O orçamento na LOA 2020, a diferença chamou muita atenção, a diferença de manutenção administrativa na unidade, sendo que em 2018 eram apenas R\$ 16.899.972,00. Em 2019 foram R\$ 18.346.467,00. E agora, em 2020, R\$ 54.487.614,00. Queria, se o senhor puder responder, se não depois a gente pode mandar por escrito para o senhor. Por que essa diferença? Porque quando fala de falta de dinheiro o pessoal começa a procurar. E essa diferença, por quê? O senhor pode explicar isso?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Assim, nós mexemos em diversos lugares para fazer a Secretaria se

tornar robusta. Por exemplo, a Secretaria de Estado da Educação não ofertava nada que trabalhasse com formação em nível de mestrado, a não ser para meia dúzia de funcionários internos. O que não é correto. O que fizemos? Nós nos planejamos para que, a partir do interno, nós contratássemos uma instituição que pudesse atender. Depois, a mediação tecnológica ficou às expensas do Ifro. Por um bom tempo, a Secretaria desviava da Fonte 100 - desviava não - locava, e mandava para lá. Mudou de fonte e nós estamos atendendo com 3 estúdios funcionando. Criamos a Escola da Mediação Tecnológica.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Mas chamou a atenção, porque é demais. De R\$ 18 milhões ir para R\$ 54?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Mas assim, porque as fontes é que estavam contraditórias. Houve uma mexida nas fontes. Então aquilo que era aparelhado em diversas fontes e não aparecia, começou a aparecer agora.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Mas de qualquer jeito eu vou formalizar e depois o senhor manda oficialmente para a Comissão de Educação.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Tranquilo.

O SR. DR. NEIDSON - Presidente, só fazer uma perguntinha aqui antes. A Secretaria de Educação do Estado ela tem algum planejamento de retorno às aulas com

segurança ainda para este ano, tanto na rede pública, quanto na rede privada, ou não?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Sim.

O SR. DR. NEIDSON - E tem data prevista? Como que vai ser feito?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Aguardamos a ascensão do pico. Com o senhor, que é médico, é mais fácil falar. Quando descer, aí a Agevisa, com segurança, apresenta a data. O que nós não temos é a data. Agora como vai funcionar, eu vou entregar para vocês uma cópia do plano também, entendeu? E como vai funcionar. Porque para mim, o senhor pode já abrir esse do ônibus aí já tá um aluno sim, o outro não, entendeu? Na sala de aula também vai acontecer isso, também na sala de aula. Numa sala de aula que tem 30 alunos, ela vai ter 10, 12 alunos. Também não vão voltar todos os alunos no mesmo dia. Vão voltar em doses, para dar tempo ao professor...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Porque tem professor também de risco também que vai ter esse problema.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Nós temos 3 mil servidores que são do grupo de risco. Desses 3 mil, 3 mil cento e pouco, 1.300, chegando perto de 1.400, com aqueles que nós estamos chegando agora as informações, são professores. E nós, de imediato, já fizemos o levantamento orçamentário - que todo o orçamento do Estado no período de pandemia ele foi redirecionado. A gente precisava

redirecionar as ações, porque nós vamos ter que contratar professores emergenciais para suprir, porque o outro continua em *home office*, afastado. Ele corrige, ele implanta no diário eletrônico, mas ele não está presencial, porque ele não pode. Neste momento nós temos que preservar vidas. Eu fico muito feliz quando Sintero, o Sinprof se manifestaram da preocupação deles com pessoas. Nós temos funcionários de cozinha, na ordem de 1.800 trabalhadores, e inspetores de pátio, velhinhos ou com alguma comorbidade e nós temos que ter cuidado deles. Então essas 3 mil pessoas serão afastadas. Elas não voltarão.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Vão ter atividade, mas não presencial.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Sim, nós estamos cuidando, fazendo um cálculo. Porque também aquela coisa, como nós não teremos todos os alunos impactando no retorno, obviamente, nós não precisamos de 3, 4 cozinheiras, só de uma. Então, assim, nós vamos, com certeza, funcionar melhor. Também as salas de aula, nós temos um técnico que estuda a questão ônibus-sala de aula. Nós temos que manter 2 metros do professor afastado dos estudantes, no retorno. E os estudantes, a 1 metro e 30, 1 metro e meio cada um do seu colega. A sala estadual, em sua grande maioria...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu quero ver segurar esse moleques a um metro e meio de distância um do outro. Vai ter que ter muito monitor para segurar. Aí vai encher de monitor, vai atrapalhar também.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Não, Deputado. Com a redução, a sala com 30 é uma coisa, a sala com 10, 12 é outra.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - É, também é mais fácil.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Cai mais essa possibilidade de aglomeração. Tudo isso já foi pensado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Secretário, um item aqui também que está no convite seu é a questão da merenda escolar. Tem muitas pessoas que eu sei que foram... Na primeira leva foram atendidos os alunos que estavam no Bolsa Família. Mas tem gente que os pais estão no Bolsa Família e 2 receberam e o outro não recebeu. Então, sinal de que alguma coisa não deu certo. Aí tem outras pessoas que não estão no Bolsa Família, porque eles tinham uma renda, hoje eles não têm mais. Eu conheço gente, 4, 5 alunos que estão comendo dentro de casa, que gasta mais água, mais energia, mais comida e eles precisam dessa ajuda. Então, o senhor me falou que ia atender através das escolas... Mas como que está essa situação?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Deputado, a parcela 10 de todos os anos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, geralmente, 100% dela é deixada para o início do outro ano, quando não dá para fazer de imediato um processamento e para aquisição de merenda em janeiro, fevereiro, então, nós deixamos já a 10ª parcela. Isso é ad

*aeternum* nas escolas. Então, a 10ª parcela não foi usada. Então, de imediato, essa 10ª parcela, os alimentos que tinham estocados para o funcionamento dessa 10ª parcela, de imediato, se juntaram à 1ª parcela e nós entregamos um kit pequeno para os estudantes, até porque não tínhamos uma previsibilidade de retorno e de imediato nós despachamos para todo mundo pegar o seu kit. Foi encaminhado. Muitos estudantes não foram buscar, ok. Repassamos para outros a partir do 2º mês, que estavam passando necessidade. Saíram os recursos oriundos do cartão alimentação para os 48 mil vulneráveis.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - 48 mil. Quantos alunos são no total?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - São 190 mil.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Então, foram 30%, 20%. Quantos por cento foram atendidos? 30%.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - 30 e poucos por cento, mas vamos lá. A partir daí, nós começamos a fazer o estudo de entrega. Mas aí eu vi algumas alegações: "porque não repassa o recurso da merenda todo mês?" Aí eu falei: "aí não vai dar nada, porque é pequeno, só dá porque ele é dividido".

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Mas os R\$ 75,00 do cartão não são da merenda?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Não. Fonte do Estado mesmo para atender vulneráveis. Fonte 100. O recurso do PNATE, agora nós juntamos 6 parcelas e estamos montando um kit que já está sendo organizado. Algumas escolas já estão preparando tudo e eu entendo que já, já ele será entregue. Agora, escolas, nós também temos que reconhecer que temos diretores com comorbidades. Durante a viagem alguns foram acometidos pela Covid-19 e nós temos que ter compreensão que esse servidor não tem condições de funcionar no mesmo tempo dos outros e isso atrasou alguns processos. Mas as aquisições já foram feitas, estamos já trabalhando com os Conselhos Escolares, porque o diretor é Presidente, para que aconteçam. A minha vontade - eu já tinha falado isso para o senhor - era que acontecesse no mês de julho, mas agora vai, no retorno agora, 03 de agosto para frente, esperamos que comece a distribuição. Infelizmente a Covid-19 não escolhe pessoas, pega qualquer um.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Os investimentos que estavam feitos: construção de quadra, ampliação de escolas, lá tem aquelas escolas - lá em Ariquemes - que foram feitas as 3 salas de aula, e todas aquelas escolas que tinham aquela 3 salas de aula até hoje não foi resolvido. O senhor ficou de passar o recurso para a Semec terminar ou porque a empreiteira simplesmente..., abandonaram. A quadra lá do garimpo, pessoal me cobrou semana passada. Esses investimentos foram suspensos este ano, como que está?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Não, eles estão, nesse momento, eu estou processando, porque a Seduc vai ser, com certeza, retirada da condição que ela está e vai entrar num grau de Secretaria que oferta trabalhos essenciais. Já é comum ao governo a ideia, já comum aos órgãos governamentais, as Secretarias do governo já entenderam que a Secretaria de Educação foi muito afetada. Roubos, tanta coisa. Não tem ninguém dentro, aí...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Mas aquelas salas de aula têm que concluir, porque aquilo é acordo feito com o município e as 3 salas para que seja funcionado dentro das escolas polo lá na área rural, aí tem que concluir. Tem umas que estão quase 100%, só falta ar-condicionado, móveis. As outras são 10% ou 20%. Aí precisava concluir aquilo lá, porque está ficando feio aquilo, pegando mal.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Particularmente, eu não gostaria. Eu assisti, porque eu sou funcionário da Secretaria, a implantação de contêineres Estado afora e não vi ninguém bater na hora que estava acontecendo esse crime contra o Estado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Mas nós batemos. Eu denunciei logo o... **(ininteligível)**, desde o começo, quando estava na Secretaria.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Para se investir na construção de sala de aula, eu quero agora me

dirigir ao Deputado Dr. Neidson, que me foi encaminhada aquela questão da escola de Guajará-Mirim, aí tinha um outro pedido: constrói uma escola lá na parte nova. Aí eu falei: "olha, nós adquirimos 33 ônibus. Prefiro reformar a Escola Durvalina e buscar os alunos lá de onde estão do que construir uma escola nova na região e deixar uma, que é histórica, se acabar aqui no meio."

Então assim, muita coisa aconteceu e nós precisávamos, o Estado precisa reagir a algumas coisas quando ele é agredido. Eu entendo, eu tenho uma boa relação com a maior parte dos deputados.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu quero parabenizar o senhor. Inclusive tem vários contêineres desses que estavam pagando aluguel e nunca foram usados. Inclusive tem até peão usando lá dentro para... Não tinha nada a ver. Então, eu já denunciei, eu acho que o senhor lembra, eu até passei as fotos para o senhor. Agora aquelas 3 salas têm que concluir, porque toda a região ali, Cacaulândia, Ariquemes, tem essas 3 salas, que todas elas faltam pouquinho. O máximo são 20% para concluir. Então deixa lá deteriorando e isso é muito ruim, pega mal. E o município não quer concluir, porque diz que é do Estado. Então, o senhor ficou para fazer esse orçamento e passar o dinheiro para o município concluir. Acho que é isso, não é?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - É. Eu acredito que agora, com o retorno e com a retirada a Secretaria desse grupo - que não é essencial e passando a ser essencial às ações dela -, porque nós temos 25% para cumprir e uma parte é investimento mesmo, não tem como fazer outra coisa com esse recurso.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - O que eu considero um erro também quando a Secretaria, já que construiu no terreno do município, tinha que ter passado o convênio para o município construir. Mas já que licitou pelo Estado, agora tem que terminar e entregar.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Porque quem vai ser atendido naquele lugar é o aluno do Estado. O Estado tem sua responsabilidade e a forma de fazer. Porque nós já fizemos essa experiência, Deputado Adelino, Deputado Dr. Neidson e Deputado Jhony Paixão.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Quero registrar a presença do nosso colega Deputado Jhony Paixão.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Deputados, nós fizemos algumas experiências - não eu, mas alguns secretários aí, para trás, fizeram a experiência - com alguns prefeitos e termina que não sai como está planejado. Muda-se o projeto, diminui o tamanho das salas e tudo mais. Projeto é projeto, tem que sair do preço que foi feito e do tamanho da sala, com aparelhamento necessário que foi requisitado. Então, por conta disso, é que a Secretaria preferiu, ela mesma, partir para algumas execuções. É óbvio que, também, em alguns momentos, eu confesso ao senhor, me sinto muito mais confortável que um prefeito faça a execução. Ele faz muito mais rápido do que nós. Talvez não aconteça esse tipo de coisa que aconteceu. Porque um indivíduo, uma empresa de pasta debaixo do braço ganha uma licitação... Eu parabenizo na sua região o da Estrela, lá

de Machadinho. O rapaz lá, porque ele disse: "para começar eu não esperei a Seduc. Eu vendi 100 cabeças de gado e comecei a obra e a Seduc, uma semana depois, me ressarciu e eu botei no lugar.". Então assim, quem quer fazer e quer fazer bem feito, faz.

É igual ao caso do estudante. Tem muita gente dizendo que o estudante que é bom está dentro da aula, o que quer. Porque nem no presencial nós conseguimos 100% de frequência dos estudantes em sala de aula.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Secretário, aproveitando aqui que eu acho que este momento está sendo um diálogo e muitas coisas não estão no seu convite aqui. A respeito da segurança das escolas. O senhor ficou para - naquelas escolas mais problemáticas, com mais violência -, contratar vigia, contratar segurança. Como está isso? Por exemplo, lá no Bom Futuro, que o senhor conhece lá a escola, a diretora é praticamente vigia. Ela tem que cuidar dia e noite. O pessoal pula muro e tem lugar que tem que ter segurança. Como está isso?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Em momento de pandemia, esse processo acelerou e destoou daquilo que nós vínhamos estudando. Porque, convenhamos, Deputado, eu não posso pagar R\$ 4 mil para um professor e pagar R\$ 34 mil por um ponto de segurança. Isso já foi falado aqui na Assembleia. Nem Sintero nem Sinprof concordam com isso. O Sintero, inclusive, explana mesmo, com força, e eu acho até bonito isso. Como é que nós podemos pagar para quem faz a educação um valor de R\$ 4 mil, 4 mil e quinhentos, 5 mil reais; e pagar para um segurança, semialfabetizado...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Mas pelo menos quando fecha a escola, daquele horário até de manhã cedo, tem que ter. Não sei se os deputados concordam.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Sim.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Então, precisa ter escala permanente. Quando tem, tem os funcionários da escola na entrada, mas na madrugada, naquelas escolas que estão assaltando, porque não é só repor aquilo que foi roubado.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Mas no momento de pandemia aumentou.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - A insegurança, o medo das próprias crianças, os pais dos alunos ficam com medo, porque tem escola que foi assaltada 14, 15 vezes. E a gente vê a insegurança, a preocupação dos pais nesse sentido. Então, quer dizer, não precisaria... O ponto a que o senhor se refere é a escala, ter vários vigias para a escola durante o dia. Mas pelo menos de madrugada, depois que fecha a escola, que o diretor vai embora, teria que ter a segurança. Não sei se o senhor concorda.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Concordo. A sua pergunta envolve o que nós fizemos com aquela proposta. Já foram contratados e já estão sendo chamados os seguranças...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Para quantas escolas?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Parece-me que são 40 escolas, as mais agredidas. Em Porto Velho, nós tivemos uma redução de quase 40% dos assaltos, no momento em que nós levantamos o muro - que é um estudo. Mas, no momento de pandemia, isso, de certa forma, mudou tudo porque as pessoas saem de dentro da escola, a escola está sendo roubada de dia.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Então essas 40 já têm seguranças?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Já estão com segurança.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Já estão com segurança. Melhorou 100%.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Estão chegando os seguranças, não é? A empresa está indo nas escolas e já colocando seguranças, porque o contrato já está vigendo. Encerrou a licitação, foi feito o contrato e o empresário está indo... Nessa semana passada...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Mas eu gostaria, também, mesmo a que não foi assaltada, por exemplo, lá no garimpo, lá no Bom Futuro, lá precisa, porque lá, praticamente, já foi assaltada várias vezes, mas a diretora quase não dorme. De madrugada monitorando e ela cuidando, ela mesma indo lá, se expondo, é até perigoso.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Solicitar ao Dr. Abnael que guarde essa informação para a gente conversar com a Cristina.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, se eu puder contribuir.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Pois não. **(fora do microfone)**.

O SR. JHONY PAIXÃO - Antes de mais nada, agradecer a presença do nosso Secretário, tivemos a oportunidade de trabalharmos juntos em Ji-Paraná. Ele deu oportunidade aos alunos, Presidente - aulas do Enem -, de forma gratuita, e agora nós temos uma equipe que sempre oferece essa oportunidade também, dos aulas. E percebemos - viu, Secretário? - que aumentou o nível intelectual dos alunos que participaram daqueles Enem's os quais o senhor, junto com a sua equipe, oportunizaram para as nossas crianças e adolescentes.

Eu fui ao núcleo Rio Verde, Presidente Adelino, e eu acho que uma ideia que poderia ser copiada, pelo menos uma escola para fazer o teste, lá eles derrubaram os muros da

escola. A escola não tem muro. E no presídio, ele fez aquela tela. Então, dentro do sistema prisional, fizeram uma tela. Então, o que o prefeito percebeu? A escola, quando colocou a tela, em vez do muro, o nível de violência dentro da escola, principalmente uso de drogas e outras coisas, diminuiu e os furtos também, porque o morador olha e vê dentro da escola, se estiver bem iluminado, ele liga para o 190: "Olha, o que está fazendo, eu não sei, mas são 3h da manhã e tem um camarada dentro da escola.". Hoje, o que acontece? O camarada pula o muro da escola e às vezes o alarme dispara, às vezes não. Quando não dispara só vão sentir falta de algo na segunda-feira. Então poderia pegar uma escola e fazer um teste para ver. É algo que no núcleo do Rio Verde, o prefeito fez, está retirando os muros, está colocando uma tela, e, de acordo com ele, lá, funcionou. De repente, fica aí uma ideia, também.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu acho que nós vamos... Já são quase 1 hora da tarde, mas eu, com certeza, falando com o pessoal que está assistindo aqui, eu queria agradecer, mais uma vez, à Presidente do Sintero, Lionilda, para nós é um prazer tê-la aqui conosco, porque sem vocês a gente não pode, não tem como discutir. Também o Sivanildo de Sousa, agradecer a presença sua aqui, muito importante. Também agradecer aqui ao José da Silva Freire Júnior, secretário da empresa do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia. Também ao José Augusto, secretário de organização do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia. E Abnael Carvalho, assessor jurídico da Seduc, também, para nós, agradecemos a presença aqui. E o Secretário Suamy, foi muito esclarecedor, o senhor colocou de modo o mais claro possível, e agora com esses dados aqui, e eu acho que é uma oportunidade também que o senhor,

vindo aqui, explicar para a sociedade, não só para o pessoal da Educação, mas também nós vamos reproduzir esta Sessão para que todo mundo tenha acesso *on-line* hoje, que a gente esclareça como está, o que a Seduc... Porque neste momento nós ficamos muito preocupados, parece que a gente está só discutindo a questão da Covid, e está esquecendo tudo.

Então, nós precisamos dizer como é que a Educação está, como outros setores também estão. E o senhor sabe que hoje é até difícil se ter contatos pessoais, tanto do pessoal da Educação com o senhor, como o senhor também não pode ficar se expondo, e nós também. Eu mesmo sou de risco, mas eu acho que nós temos que estar na luta. O pessoal fala: "não, você pode ficar em casa." Eu falo: "não, eu não sei." Eu acho que nós não podemos nos acovardar neste momento, principalmente nós que estamos na frente - vocês na frente da Educação e nós aqui na frente na política -, nós temos que fazer o máximo que pudermos fazer. Agora que a população precisa de nós.

Então, quero aqui agradecer, Secretário, pela maneira como o senhor expôs. Espero que o senhor se empenhe junto à Finanças e ao Secretário de Fazenda, à Casa Civil, ao Governo, que cumpra rapidamente essa questão. E que daqui para frente, depois que pagar o retroativo, que seja automático, porque eu acho que, à categoria, já é lei. Tem que se programar. Depois pagar o retroativo é mais complicado do que você pagar já na hora certa para não ter essa polêmica, para estimular mais o servidor a trabalhar. Embora, mesmo com essa pandemia, eu veja todos os professores motivados, procurando, tendo criatividade para poder se adaptar dentro disso. Eu vejo uma preocupação de todos neste momento, o empenho de todos. Então a gente agradece de coração esta reunião, a todos os presentes.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Deputado Dr. Neidson, para nós foi muito importante a sua presença aqui. Deputado Jhony também, que chegou agora. Justificar o Deputado Lazinho, que tem esse problema, que foi operado do coração, então ele não pode vir aqui se expor. Também o Deputado Anderson, que ele foi chamado à Casa Civil agora, bem na hora da Sessão, e ele não pôde e pediu para justificar também. E outros parlamentares que tiveram uma agenda já antecipada e foi um certo equívoco, e nós tínhamos programado para ontem, mas, na hora de fazer o Requerimento, foi mudada a data e ficou para hoje. E muitos já tinham outros compromissos.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Deputado, permita-me aqui rapidamente. Eu quero aqui colocar que nós somos parceiros, enquanto sindicato da Seduc, desta Casa de Leis. Inclusive eu gostaria aqui de parabenizar a Seduc, na pessoa do Secretário, nesta discussão de volta às aulas. Realmente, nós fomos chamados a participar, no primeiro momento com o comitê amplo, e, logo em seguida, formada a Comissão, onde o Sintero está contribuindo, o Sinprof também tem contribuído. Inclusive apresentamos a nossa proposta enquanto sindicato para contribuir nessa volta às aulas, quando for possível. Dizer aqui também que nós entendemos que o momento não favorece, em hipótese nenhuma, a volta às aulas. Isso já tem sido uma discussão dentro da Comissão, um entendimento, conforme o Secretário disse que vão levar em conta o que dizem os organismos de Saúde, mas

a gente parabeniza também pelas ações que nós entendemos que têm avançado.

Ontem mesmo nós tivemos uma discussão da Comissão de Gestão, onde nós deliberamos aí vários professores para cursar e concluir o seu Mestrado. Então, essa é uma política que, na nossa avaliação, está sendo muito considerada nessa gestão.

Então, o Sintero, à medida que nós somos chamados para contribuir, nós contribuimos, e contribuimos de forma positiva. Só que nós não podemos deixar de fazer as reivindicações, que essa é a nossa função como sindicato. Então, a gente gostaria de deixar bem claro aqui que o nosso posicionamento é de fazer a defesa, porque senão não teria razão de existir o sindicato.

E aí, nessa linha, nós até propusemos uma reivindicação da categoria sobre os gastos que os professores, profissionais que estão trabalhando em *home office* estão tendo. Essa é uma pauta que eu sei que foi discutida inclusive aqui na Assembleia. E nós entendemos que realmente estão tendo um prejuízo financeiro nesse atendimento em casa, com gastos de energia, com internet, com a dificuldade com os seus aparelhos proporcionarem uma aula mais eficaz. É nesse sentido que nós propusemos que o governo pensasse num auxílio para esses profissionais que estão tendo um prejuízo financeiro real.

E também nós não poderíamos deixar de abordar aqui o que Vossa Excelência falou sobre a situação do auxílio-transporte. Quero parabenizar aqui. Essa luta continua. Os sindicatos estão organizados aí, porque nós entendemos que é o momento em que o trabalhador já está tendo um certo prejuízo. E, mais uma vez, isso não é a primeira vez, onde sem uma discussão realmente, nós temos aí a tentativa de

descontar - e foi descontado inclusive neste mês - dos trabalhadores que estão atuando os 6%. Então, essa é uma discussão que entendo que vai permanecer no sentido de se resolver e nós aqui nos colocamos no sentido de que vamos fazer essa luta.

E gostaria aqui, só para ficar bem claro, para nós entendermos e para passar para a categoria, Sivanildo, que o que nós compreendemos aqui é que o Secretário colocou que o piso será atualizado no mês de agosto. É isso, Secretário? Será atualizado com a possibilidade de pagar o retroativo de um mês.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - De um mês. E eu estou me esforçando para que a Sefin - torcendo para que a queda da arrecadação não continue como está - para que nós possamos pagar em setembro outro mês e tal.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Gradativamente.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - E, se não, aquilo que já está planejado, porque o planejamento da Secretaria de Estado da Educação e da Segep era em julho começar. Se julho começa, obviamente, essa folha já está pronta. E julho e agosto, então, já estão prontos. E é o que nós vamos fazer: vamos efetivar esse pagamento.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Ok.

O SR. ADELINO FOLLADOR Presidente) - Mas eu tenho a certeza que o Governador, a Casa Civil e a Secretaria de Fazenda sabem que é um compromisso e vai, gradativamente, com esforço seu, Secretário - a gente sabe que tem as dificuldades -, mas com esse repasse do Governo Federal, não abaixou a arrecadação, nós fizemos até um levantamento da questão econômica aqui, como alta da hora nós não falamos, então não teve prejuízo. Então dá para programar sim, porque a gente sabe que é questão de prioridade. Cumprir a lei é prioridade, depois a gente vai, dentro do possível. A educação é primordial e os servidores - aquilo que a Presidente do sindicato falou e vocês também falaram - nesse momento tem que pagar o piso, porque, mesmo que não consiga pagar essa gratificação, mas pelo menos o piso já ajuda um pouquinho eles, um fogaquinho neste momento. Então, eu acho que o esforço do Governo do Estado é pagar agora o retroativo para normalizar e implantar na folha, já é uma ajuda importantíssima neste momento. E o principal - que nós fomos questionados aqui, não só eu, mas quase todos os deputados e os sindicatos também - e os servidores a preocupação: "Ah, esse mês não veio, esse mês não veio, esse mês não veio", e aí a gente foi protelando, protelando, mas chega um momento que a gente precisa uma resposta dar para a sociedade.

Então, agradecer a presença de todos. Não sei se o Secretário...

O SR. SIVANILDO DE SOUSA MARTINS - Eu gostaria apenas de agradecer os deputados. Dizer ao Secretário que a gente está junto, à professora Lionilda também. E dizer o seguinte: nós temos o mesmo entendimento, mas o que fica aqui, nas mesmas falas, a gente tem um ponto convergente, que é a questão que o piso tem que ser implantado o mais

rápido possível, tendo em vista também essa questão, Secretário, que os professores precisaram de tecnologias, enfim, seu celular às vezes não comportava, seu notebook teve que trocar. Então assim, dentro dessa conjuntura, que seja vista e que a gente possa fazer esse esforço. E eu tenho certeza que o senhor e a sua equipe está fazendo isso.

E também quero aqui também colocar a minha preocupação novamente com os profissionais com comorbidades que não podem voltar - aquilo que o senhor falou -, seja feito um levantamento amplo, e dos alunos especiais também, que estarão na mesma condição. E que esses profissionais que não possam voltar devido à comorbidade, que eles não sofram perda salarial, porque eles não irão voltar, não é que não queiram, é que não tem como eles voltarem. Então, que a gente tenha esse entendimento também, porque como já colocamos: nós somos uma categoria que tem um salário muito inferior do que outras categorias que tem a mesma formação e a gente precisa ter um salário adequado para que a gente possa continuar se preparando e que a gente possa também continuar elevando os índices educacionais do Estado.

Então, eu agradeço aos Deputados, ao Secretário. Nós temos o mesmo entendimento e nós agradecemos.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Quero agradecer mais uma vez a presença dos deputados, ao Deputado Dr. Neidson, que tinha outro compromisso, mas veio aqui, eu acho que é muito importante. Deputado Jhony Paixão, meu colega de Ji-Paraná, com certeza para nós é um prazer.

Então, o senhor quer fazer alguma conclusão, o senhor quer falar alguma coisa?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Senhores, agradecer o convite para estar aqui. Dizer que é um desafio. Desafios, para gestores, vêm e precisam ser dirimidos. Eu agradeço e muito à presidência dos Sindicatos. Eles, comigo, conversam com muita cordialidade. Apenas alguns membros são um pouco deselegantes, mas faz parte. E, assim, agradeço a todos. Diria aos senhores que o ano de 2019 - que foi o meu primeiro ano em gestão da Educação do Estado de Rondônia -, obtivemos as maiores notas do Exame Nacional do Ensino Médio da Amazônia. Imaginem os senhores, o quantitativo de estudantes do Estado de Rondônia na ordem de mais de 200 conseguiram notas acima de 900 pontos na redação. A primeira vez. Rondônia nunca passou de nota 700, alunos da rede pública.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Só uma pergunta. Secretário, teve alguma avaliação já dos alunos depois que começou a pandemia?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Não. A avaliação de professores, ela é cotidiana.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Não. De alunos. Aproveitamento.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Não. Ela é cotidiana. Aí vão mandando. O *Classroom* favorece isso. O *Meet* favorece isso. Agora, o *Google Meet* favorece isso. Agora, para efeito de notas, elas estão tabuladas, mas não

podem ser publicadas, porque este ano o Conselho Nacional de Educação deliberou que não é um ano para retenções. Nós precisamos segurar os estudantes. É um outro ideário, até porque estamos trabalhando com uma metodologia avessa, totalmente diferente da presencial. É a primeira vez na história de Rondônia; Rondônia nunca conseguiu uma nota - aluno da rede pública estadual - acima de 700 pontos. Foi a primeira vez. E chegamos a faltar 20 pontos apenas para o topo, que é a nota mil. Primeira vez que chegamos nesse nível. Inclusive com alunos na mediação tecnológica com notas altíssimas. E isso prova que o ensino mediado por tecnologia não é o que as pessoas pensavam. Depende muito mais do interesse do estudante e da força do professor do que, propriamente dito, da questão presencial.

Considerando isso eu quero agradecer todos os senhores e dizer que nós estamos abertos. Eu tinha até uma reunião com pessoal sindical esses dias, mas não pôde acontecer em virtude de eu estar meio com suspeita de Covid. Mas depois foi feito o exame, tudo negativo, por três vezes. Fiquei tranquilo. Mas eu também sou um velho, não é? E preciso ser tratado como velho.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Já conheci o senhor com a máquina nas costas borrifando, há muitos anos.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Eu sou um ex-funcionário da Fundação Nacional de Saúde, na década de 1970, lá no garimpo, nos garimpos no arredor de Ariquemes. Fui inspetor geral na Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) naquela região. E trabalhei bastante. Eu conheço, eu sou filho de Rondônia, embora meus documentos

não sejam daqui, porque o filho da minha mãe tentou me salvar em outro Estado. Mas eu sou filho de Rondônia.

E, assim, sou muito agradecido pela força que tenho tido de amigos, deputados, autoridades que sempre se aproximam com a mão amiga para ajudar a fazer algumas coisas andarem. Eu diria para os senhores, trata-se de um desafio. O Governador Marcos Rocha é o primeiro Governador de Rondônia a possuir no Exame Nacional do Ensino Médio a nota mais alta da sua região. Os outros todos não conseguiram esse feito. Ele é o primeiro. O Governador Marcos Rocha tem uma ruma de alunos com nota 980 pontos em redação no Exame Nacional do Ensino Médio; um trabalho forte com o apoio da Assembleia Legislativa. Porque tive alguns debates aí de que não poderia adquirir alguns materiais de plataforma e os deputados da Comissão de Educação - Deputado Lazinho da Fetagro me ajudou na hora, Deputado Jhony Paixão, todo mundo, vai sim. E nós fomos e botamos para cima e conseguimos vitórias.

Hoje não trabalho mais com apenas o presencial de sala de aula. Hoje eu monto aulas Estado afora - impedido pela pandemia -, mas o que elevou bastante a vontade do professor é que nós levamos os grandes professores, especialistas em cursinhos, com discurso pronto, para todos os rincões do Estado. Imaginem os senhores, quem conhecia um estudante de Rio Crespo, que é a região do Deputado Adelino Follador?

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - A melhor nota.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - A melhor nota do Exame Nacional da Amazônia. Ninguém nunca imaginou isso.

De São Francisco do Guaporé, de Cerejeiras. Ninguém nunca imaginou isso. Monte Negro.

Então, assim, são coisas que nós fizemos o ano passado, colhemos o resultado; até recebi um título da etnia Suruí. Me chamaram de Suamy Suruí, porque o Agrael Suruí, um estudante indígena, tirou a nota 900 pontos de redação. E a doutora, a proprietária da Facimed, a ex-Secretária de Educação, a Sandra Marques disse: "você quer cursar o que na minha faculdade?"; e ele disse: "eu quero fazer Odontologia, porque eu quero cuidar dos dentes do povo da aldeia.". E ela disse: "Está aqui o seu bilhete. Você vai passar cinco anos estudando sem pagar aqui dentro.".

Então, assim, coisas que nós, com trabalho apertado - eu não peço trégua de ninguém. O que eu peço é cordialidade institucional; peço que possamos tratar das coisas com o devido cuidado, porque senão, as mesmas pessoas que hoje reivindicam alguma coisa, daqui a pouco, se o Estado não conseguir pagar as contas lá na frente, vão dizer: "você está vendo?". Então a responsabilidade estatal nos determina ter um cuidado maior com o que estamos fazendo.

Ao mais, agradecer e dizer que estamos aí para ajudar no que pudermos. E, assim, eu já pedi para Edna marcar a reunião com os dois sindicatos para que a gente possa conversar sobre aquilo que eles, a observação deles, porque é bom ter um olhar, uma consultoria gratuita que vem com um olhar externo, não é? Muito obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu quero, então, eu sei que esse tipo de reunião dá a impressão, teria a galeria cheia aqui, a gente teria mais - antes a coisa era diferente -, mas a gente está acostumando. Mas eu tenho

certeza que lá, a rede social vai muito mais longe do que essa quantidade de pessoas que poderiam estar aqui hoje. Então, para nós é um prazer muito grande e dizer que é um desafio para todo mundo, como o professor falou, Presidente do Sintero, presidentes dos sindicatos.

Eu quero dizer que eu sou cobrado lá em casa, que a minha esposa é professora, sou Vice-Presidente da Comissão de Educação, então, a gente se preocupa. É nossa obrigação estar preocupado, buscar alternativas, discutir. E eu acho que nós colaboramos muito para que também os sindicatos e a Educação se unam mais, porque o interesse é o mesmo. Porque, às vezes, abrir mão de algumas coisinhas que, pessoalmente, a gente acha que tem que ser diferente, para que a gente tenha um resultado melhor lá na frente. E vocês podem contar com a Assembleia Legislativa, podem contar, sempre contaram, podem contar com a gente aqui que, aquilo que estiver ao nosso alcance, que a gente puder contribuir para acontecer... Eu até vou ver quem é o representante lá, Secretário, que o senhor falou que o representante não está indo, quem foi nomeado pelo Presidente da Assembleia para representar, para que a gente participe mais dessa questão, para discutir melhor os assuntos, trazer para cá os assuntos para que a gente discuta. Muito obrigado.

Já são 13h10min da tarde e agradecer. Desculpe por ter prolongado um pouco, mas acho que teve vários temas que não estavam na pauta que foram importantes para esclarecer à sociedade de Rondônia.

Está encerrada a reunião e convoco a reunião, semana que vem, no horário regimental. Obrigado.

**(Encerra-se esta reunião às 13 horas e 10 minutos)**

*(Sem revisão dos oradores)*